

Relatório e Contas

2017



Ilhas de Valor

Parceiros Profissionais

Ilhas de Valor, S.A.

RUA DR. LUÍS BETTENCOURT, N.º 86-1º - ANDAR-FRENTE – 9580-529 VILA DO PORTO
SANTA MARIA AÇORES



CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL

Exmos. Senhores,

Convoca-se a Assembleia Geral Anual da Ilhas de Valor SA, com Sede na Rua Dr. Luís Bettencourt, 86-1º Andar-Frente, em Vila do Porto, NIPC 512093601, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto sob o n.º 00152/060120, com o Capital Social de 9.000.000,00 Euros, integralmente realizado, para o dia 22 de março de 2018, pelas 10H00, na sala de reuniões da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2017;
- 2 – Deliberar sobre a Proposta do Conselho de Administração de Aplicação de Resultados;
- 3.– Proceder à apreciação da administração e fiscalização da sociedade.

Apenas poderão participar na reunião e votar os acionistas que possuam pelo menos dez ações, podendo os que possuam menor número agrupar-se e fazer-se representar por um dos agrupados, devendo em qualquer caso as ações estar em seu nome no respetivo livro e depositadas na Sede da Sociedade ou em qualquer estabelecimento bancário com a antecedência mínima de dez dias relativamente à data da Assembleia, comunicando-se o facto ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, para a Sede da Sociedade.

Ponta Delgada, 05 de março de 2018

O Presidente da Mesa Assembleia Geral


(José de Sousa Rego)

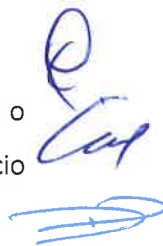
ÍNDICE

1. EMPRESA	4
1.1. Informação Geral	4
1.2. Órgãos Sociais	6
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	10
2.1. Ilha de Santa Maria	10
2.2. Ilha da Graciosa	13
2.3. Ilha das Flores	14
2.4. São Jorge	16
2.5. Exploração do Campo da Ilha Terceira	17
2.6. Exploração dos Campos de Golfe da Batalha e das Furnas	18
2.7. Participação no Capital Social da empresa SINAGA – Sociedade de Industrias Agrícolas Açorianas	21
2.8. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial	21
2.8.1. Linha de Crédito Açores Investe	21
2.8.2. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores	22
2.8.3. Linha de Crédito Açores Empresas	22
2.8.4. Linha de Crédito Açores Empresas II	23
2.8.5. Linha de Crédito Açores Investe II	23
2.8.6. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II	23
2.8.7. Linha de Crédito Açores Empresas III	24
2.8.8. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez	24
2.8.9. Medidas de Apoio ao Emprego	26
2.9. Compromissos Financeiros e Financiamento	27
3. RECURSOS UTILIZADOS	28
3.1. Recursos Humanos	28
3.2. Recursos Técnico – Investimentos	28
4. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA	29
4.1. Situação Económica	29
4.1.1. Proveitos	29

4.1.2. Custos	29
4.1.3. Resultados	29
4.2. Situação Financeira	30
4.3. Dados Económico-financeiros	30
4.4. Indicadores Económico - financeiros	31
5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	31
6. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL	31
7. PERSPETIVAS	31
8. AGRADECIMENTOS	32
9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	32
10. CONTAS	33
10.1. Balanço em 31 de dezembro de 2017	34
10.2. Demonstração de Resultados por Natureza/Funções em 31 de dezembro de 2017	35
10.3. Movimentos Ocorridos nas Rubricas de Capital	37
10.4. Movimentos e Depreciações dos Ativos Fixos Tangíveis	39
10.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto	40
10.6. Anexo às Demonstrações Financeiras	41
11. RELATÓRIO DE CONSELHO FISCAL	66
12. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	68

Senhores Acionistas,

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas da Sociedade “ILHAS DE VALOR, S.A.” referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2017.



1. EMPRESA

1.1. Informação Geral

Firma: A sociedade do tipo comercial, com o capital social representado por ações tem a denominação

– “ILHAS DE VALOR, S.A.”.

Data da sua constituição: 29 de dezembro de 2005.

Sede: Rua Dr. Luís Bettencourt, n.º 86

1º Andar - 9580-529 Vila do Porto

Capital: 9.000.000,00 €.

Participação no Capital Social

O capital social é constituído por 1 800 000 Ações no valor nominal de cinco euros distribuídas da seguinte forma:

Região Autónoma dos Açores	50,00%	4.500.000,00€
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	49,44%	4.450.000,00€
SATA – Air Açores, S.A.	0,28%	25.000,00€
Atlânticoline, S.A.	0,28%	25.000,00€

O capital social da sociedade encontra-se totalmente realizado e registado correspondendo a 9 milhões de euros.

Nos termos dos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não detinham ações da empresa à data do encerramento das contas, nem detiveram durante todo o exercício de 2017.

Matrícula na C.R.C. de Vila do Porto: 00152/060120

N.I.P.C.: 512 093 601.

Objeto social:

- 1 – O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.
- 2 - A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:
 - a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;
 - b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;
 - c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;
 - d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.
- 3 - A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:
 - a) Reforço do capital do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;
 - b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;
 - c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;
 - d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.

4 – A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

5 – Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.

C.A.E.: 55111 – HOTÉIS COM RESTAURANTE.

1.2. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais à data do encerramento do exercício tinham a seguinte composição:

1 - Mesa da Assembleia-Geral:

Presidente: José de Sousa Rego

Vice-Presidente: Luís Miguel Alves Vicente da Silva Melo

Secretária: Vera Cristina Pereira Sousa

2 - Conselho de Administração:

Presidente: Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

Vogal Executivo: Diana Rosa Ávila Valadão

Vogal Executivo: Alberto da Silva Costa



3 - Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único - Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, representada por Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

Fiscal Suplente – Leopoldo Alves & Associado, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319).

Os Órgãos Sociais são os eleitos em dezembro de 2017, com a composição e aprovação dos respetivos montantes das remunerações em Ata de Assembleia Geral n.º 88, de 15 de dezembro de 2017.

As respetivas remunerações têm sido objeto de aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e de acordo com o previsto nos subsequentes Diplomas de aprovação da Lei do Orçamento de Estado. Assim, e nos termos da alínea i) do artigo 16º do Decreto Legislativo Regional nº 7/2008 (Regime do Setor Público Empresarial da RAA) o montante das Remunerações pagas aos membros do órgão de gestão e administração correspondeu a 160.433,13 € (*cento e sessenta mil quatrocentos e trinta e três euros e treze cêntimos*) em 2017.

Os membros da Mesa da Assembleia-Geral, não recebem qualquer remuneração pelo desempenho das respetivas funções.

O Órgão de Fiscalização para exercer as funções de fiscal único efetivo, é a sociedade Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda, com sede na Rua Dr. Caetano de Andrade n.º 5-2º Centro, em Ponta Delgada, representada pelo Sr. Dr. Duarte Félix Tavares Giesta (ROC) n.º 520; e para suplente a sociedade Leopoldo Alves & Associado, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319). Este órgão é remunerado de acordo com a tabela da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sendo que durante o exercício de 2017 correspondeu ao montante de 11.136,00 € (*onze mil cento e trinta e seis euros*).

Não existe qualquer plano complementar de reforma para o Conselho de Administração.

Os **principais elementos curriculares e funções** exercidas por cada membro do Conselho de Administração, e de acordo com a alínea c) do artigo 16º do mesmo Decreto Legislativo Regional, são os seguintes:

Lubélia Maria Melo Figueiredo Chaves, nascida a 26/09/1973 na freguesia e concelho de Vila do Porto, licenciada em Organização e Gestão de Empresas em 1996, pertencente ao quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vila do Porto, desde 1 de abril de 2003 com a carreira/categoria de Técnico Superior em relação jurídica de emprego público por Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado. Encontra-se requisitada em regime de comissão de serviço desde 15/02/2006 a exercer as atuais funções de Presidente do Conselho de Administração na Ilhas de Valor, S.A..

Possui o Curso de "Formação Pedagógica de Formadores" e é Contabilista Certificada, como Membro Nº 35447 inscrita na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, desde 1997.

Para além das funções presentes já desempenhou as abaixo mencionadas:

Vogal Administrativa do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Vila do Porto, desempenhando as funções de Gestão Administrativa e Financeira com responsabilidade na elaboração de Orçamentos, Contas de Gerência, Inventários e procedimentos relativos à Aquisição de Bens e Serviços, à Gestão de Tesouraria, Gestão de Pessoal e Serviços Administrativos de Apoio, no período de 1 de abril de 1998 a 31 de março de 2003.

Diana Rosa Ávila Valadão, nascida a 19/01/1975 em Fontinhas, Praia da Vitória, com Curso Superior de Engenharia de Máquinas, Ramo Energia, pelo Instituto Politécnico Autónomo de Lisboa, sendo-lhe oficialmente reconhecido o grau Bacharel, concluído em 1998, exerce as funções para as quais foi confiada como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 1 de julho de 2009.

- De 1 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2004, funcionária da empresa José de Meneses Pereira Valadão – metalomecânica;

- De 1 de janeiro de 2005 a 17 de novembro de 2008, funcionária e sócia da empresa José Valadão & Filhos, Lda., metalomecânica e também dedicada à construção civil;

- De novembro de 2008 a junho de 2009, foi Deputada Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;

- Desde 1 de julho de 2009 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..



RELATÓRIO E CONTAS 2017

- Desde 08 de novembro de 2012 é Gerente da sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Alberto da Silva Costa, nascido a 20/08/1956 em Angra do Heroísmo, com a frequência da Licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Nova de Lisboa. Exerce as funções para as quais foi confiado como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 09 de abril de 2013.

- Foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Porto de 1983 a 1985;
- Foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto de 1985 a 1992;
- Foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto de 01 de novembro de 1992 até 28 de outubro de 2005;
- De outubro de 2005 a novembro de 2008, foi Deputado Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto de 10 de janeiro de 2009 a maio de 2010.
- Desde 09 de abril de 2013 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..

Todos os membros do Conselho de Administração exercem as diversas funções de Gestão de carácter geral não especificadas, praticando e partilhando os demais atos, com exceção das seguintes:

- Na empresa participada Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda; foram exercidas funções de Gerente pela Vogal deste Conselho de Administração, Diana Rosa Ávila Valadão.

Nos termos da alínea h) do artigo 16º do Decreto Legislativo Regional nº7/2008 (Regime do setor publico empresarial da RAA), o Conselho de Administração da Ilhas de Valor, S.A., reuniu ao longo de 2017 a fim de tratar das questões inerentes ao exercício das atividades para a qual foi criada, nomeadamente para apreciar e decidir sobre os diversos assuntos no âmbito da atividade desenvolvida, contratação de empreitadas e fornecimento de bens e serviços, de pessoal e de financiamentos.



2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Ilhas de Valor S.A., em 2017 acompanhou, concebeu e executou políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade, assim como a continuidade do acompanhamento da atividade dos hotéis construídos por esta empresa e concessionados posteriormente, ao funcionamento e gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão das Flores, à gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, bem como ao desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores em 2013, com a venda de habitações, bem como o lançamento da obra da Incubadora de Empresas de Santa Maria, assim como a promoção da inovação e do empreendedorismo.

De seguida iremos pormenorizar a atividade executada.

2.1. Ilha de Santa Maria

Com a aprovação das condições de venda e de outras soluções para as habitações dos bairros situados na Zona do Aeroporto de Santa Maria, foi privilegiado o direito à habitação das famílias que residem naquela zona, que passaram a ter aos seu dispor diversas soluções, como a aquisição das habitações ou o arrendamento com opção de compra, no pressuposto que nenhuma destas soluções coloca quem já residia numa situação menos favorável do que aquela que usufruiu nos últimos anos.

Foram criadas condições para que, estas famílias possam, se assim o entenderem, ser proprietárias da sua habitação, através da criação de um mecanismo de bonificação que pode ir até 75 por cento do valor da habitação.

Após a obtenção dos alvarás de loteamento destes bairros ao longo dos últimos anos, tem sido mantido o acompanhamento e desenvolvimento dos procedimentos relativos à transferência do Património do Estado para a RAA.

Todos os terrenos estão registados e para o Parque Habitacional, tornou possível aos moradores proceder à aquisição ou Arrendamento com Opção de Compra ao abrigo da Resolução nº 129/2016 de 27 de julho e Portarias 78/2016 e 4/2017 de 27 de julho e 13 de janeiro respetivamente.



RELATÓRIO E CONTAS 2017

Até ao momento e por Bairro Habitacional, foram concluídos os seguintes processos de venda:

Dados até 31/dez/2017:

Bairros Loteados (5):

Anjos (48 Lotes)

Bela Vista (16 Lotes)

Infante Dom Henrique (36 Lotes) *30 moradias e 6 terrenos

Operário (6 Lotes)

São Pedro (9 Lotes)

Habitações vendidas (61):

Anjos (28)

Bela Vista (5)

Infante Dom Henrique (21)

Operário (1)

São Pedro (6) *5 em Hasta Pública

Arrendamentos c/Opção de Compra (3):

Anjos (3)

Processos em curso (13); incluindo aquisição e arrendamento com Opção de Compra.

Está igualmente em curso a elaboração de novas propostas de Loteamento para outros Bairros, prevendo-se a conclusão e alienação de terrenos e outras habitações.

Tem sido efetuada a limpeza das zonas públicas e edificado devoluto, assegurando a respetiva manutenção e conservação.

Com a publicação do Decreto Regulamentar Regional Regime Específico de Proteção e Valorização do Património Cultural Imóvel do Lugar do Aeroporto de Santa Maria, DRR nº 6/2017/A de 21 de novembro de 2017, publicado no Jornal Oficial 1ª série nº 113 de 22/11/2017, e após a audiência pública, o diploma de Classificação do Lugar do Aeroporto de Santa Maria pela Direção Regional da Cultura, que contempla a proteção, valorização e o ordenamento, com a criação de regras urbanísticas e reabilitação daquela área, veio colmatar uma lacuna que se fazia sentir, como instrumento de gestão territorial.

As normas do presente diploma aplicam-se até à entrada em vigor do respetivo plano de pormenor de salvaguarda.

Deu-se continuidade na limpeza e manutenção da salubridade da zona envolvente, bem como noutros espaços envolventes e zonas públicas do parque habitacional do Aeroporto.

Ilustração 1. Localização Futura Incubadora de Empresas do CDIESMA



Ilustração 2. Fachada Antigas Oficinas Gerais do Aeroporto



No ano de 2017, foi lançado o anúncio de procedimento concursal para a Empreitada de Obras Públicas que consiste na Reabilitação de Edifício na zona do Aeroporto com a adaptação a Incubadora de Empresas do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria, cujo preço base correspondeu a € 1.730.000,00 (um milhão setecentos e trinta mil euros), tendo sido objeto de candidatura a Fundos Comunitários, nomeadamente o PO2020. A obra foi adjudicada no final do ano pela importância de € 1.690.989,96 (um milhão seiscentos e noventa mil novecentos e oitenta e nove euros e noventa e seis cêntimos).

No seguimento deste, iniciou-se o procedimento de contratação para o acompanhamento e os serviços de fiscalização e coordenação de segurança em obra, bem como o desenvolvimento de todos os mecanismos necessários à boa execução e conclusão dos mesmos.

Ilustração 3. Imagem 3D Interior Projeto Incubadora



2.2. Ilha da Graciosa

O Hotel Resort da Graciosa, unidade hoteleira de 4 estrelas, tem um contrato de cessão de exploração com a Fundação INATEL desde o início do seu funcionamento em 2009.

Tomando em consideração o desenvolvimento do turismo na ilha, ao qual tem-se verificado uma evolução crescente, que correspondeu a uma taxa de ocupação de 30,01%, pretende-se manter a infraestrutura em funcionamento por esta contribuir seguramente e positivamente no seu desenvolvimento socioeconómico.

Ao longo deste período a Ilhas de Valor, S.A. acompanhou a sua atividade, manutenção e procedeu à aquisição de equipamento diverso, tendo em vista a oferta de serviços de qualidade e diversidade.



2.3. Ilha das Flores

2.3.1. Hotel das Flores

Ao longo do ano de 2017, a Ilhas de Valor, S.A., manteve a concessão da Exploração do Hotel das Flores com a Fundação INATEL, que tem vindo a observar um crescimento na sua procura, pelo que no ano de 2017 a ilha das Flores teve no alojamento tradicional um crescimento de 28,8%.

Esta infraestrutura foi um investimento substancialmente reprodutivo no desenvolvimento socioeconómico da ilha, até porque paralelamente a este, aliou-se a outros investimentos em infraestruturas conterrâneas importantes ligadas à atividade turística e cultural, tomando como exemplo o Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão e o Centro de Interpretação Ambiental e Cultural.

Estes investimentos foram fundamentais no impulso ao crescimento da atividade económica da ilha, ao qual gerou empregos diretos, bem como a dinamização de atividades diversas com ela relacionada.

2.3.2. Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão

O Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão, na ilha das Flores, está em funcionamento desde o ano de 2015, um investimento em conjunto com a reabilitação do edifício, na antiga unidade fabril, através da recuperação e reabilitação da mesma, localizada em Santa Cruz das Flores. Serve, assim, o objetivo da estratégia de transformar espaços que são da memória e do passado dos Açores, não apenas como locais de preservação da história, mas atribuindo-lhes uma função de alicerce da construção de um novo futuro, como polo de atração turística e cultural. Foram realizados trabalhos de manutenção, reabilitação e promoção do espaço, com vista à sua melhoria e inovação da oferta, mantendo o padrão de exigência de qualidade necessários para dar resposta à procura do público interessado neste setor.

ILUSTRAÇÃO 4 E 5: INTERIOR DO MUSEU DA FÁBRICA DA BALEIA



Procedeu-se à aquisição de diverso equipamento e mobiliário, sempre apostando na melhoria e inovação da oferta, nomeadamente com o *merchandising*, com vista à valorização de produto e estimulando a venda no próprio local de exposição.

ILUSTRAÇÃO 6: EXTERIOR DO MUSEU DA FÁBRICA DA BALEIA



Manteve-se esta infraestrutura em funcionamento com a manutenção de 4 postos de trabalho, tendo-se registado o interesse de 5.588 visitantes o que corresponde a uma evolução crescente em comparação com os anos anteriores.

2.3.3. Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão (CIAB)

Centro de Interpretação Ambiental do Boqueirão (CIAB), manteve-se o acompanhamento do desenvolvimento da atividade, como fator importante de oferta turística desta Ilha, estando a gestão e funcionamento do mesmo a cargo da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – Azorina, S.A., sobre a qual mantém-se uma parceria com vista ao desenvolvimento sustentável da Região Autónoma dos Açores, através de incentivos, promoção, divulgação e sensibilização ambientais.

2.4. Ilha de São Jorge

A Ilhas de Valor, S.A. tem uma participação de 60% no Capital Social da empresa Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda, através da qual tem um contrato de Cessão de Exploração com a empresa PJA – Pousadas de Juventude dos Açores, S.A..

Ao longo de 2017 tem sido assegurado a melhoria dos serviços prestados, com a execução de trabalhos de reabilitação e conservação, tendo em vista uma prestação de serviços com qualidade, contribuindo para a preservação e promoção daquela área.

O Resultado líquido está refletido nas contas pelo método de equivalência patrimonial nas contas da sociedade Ilhas de Valor, S.A..

2.5. Exploração do Campo de Golfe da Ilha Terceira

A atividade desenvolvida durante o ano de 2017, tendo em linha de conta o enquadramento macroeconómico nacional e regional, naturalmente influenciados pela prestação global da economia europeia onde estamos integrados, registaram valores que embora inferiores ao verificado em muitos países europeus, representou uma inversão de tendência.

O excelente desempenho do setor do turismo, acompanhado com a reposição de rendimentos, associado a um abaixamento do desemprego veio contribuir decididamente para a retoma económica o que originou um aumento das nossas prestações de serviços.

Durante o ano de 2017 efetuou-se o habitual calendário de torneios, tendo também se realizado no campo três torneios de Portugal Continental e um torneio Internacional, tendo originado um importante aumento nos Green Fees.

Continuou-se a dar grande importância na formação de jovens, quer através dos contratos programas de desenvolvimento desportivo no âmbito dos escalões de formação e no âmbito do projeto “Escolinhas do Desporto”, com o apoio dos nossos quadros técnicos.

Ao longo do ano tomou-se algumas medidas para racionalizar os custos, quer na área dos custos de fornecimentos e serviços externos como nos custos com o pessoal.

Também continuamos a dar atenção na manutenção técnica do campo, o seu embelezamento e limpeza, no sentido da sua não degradação.

Como é do conhecimento geral o Golfe continua a ser uma das atividades no processo de desenvolvimento no setor do turismo, embora o ambiente global tenha permitido alguma retoma em outros setores, ainda não se refletiu na afluência tão necessário de visitantes golfistas.



2.6. Exploração dos Campos de Golfe da Batalha e das Furnas

A sociedade Ilhas de Valor, S.A. desde março de 2010 explora os Campos de Golfe da ilha de São Miguel, conforme previsto no contrato de Cessão de Exploração celebrado com a Verdegolf, S.A. em 2010, e dando cumprimento ao contratualizado e aprovado em Assembleia Geral desta sociedade, pretende-se continuar a assegurar a gestão dos Campos de Golfe.

A Ilhas de Valor, S.A. assumiu então todos os proveitos e custos decorrentes do funcionamento da atividade dos Campos de Golfe da ilha de São Miguel. A atividade dos Campos consiste na prática da modalidade, gestão de torneios e eventos ligados ao golfe, aulas, loja especializada denominada *proshop* e ocupação de tempos livres. Para além desta atividade, que é o *core-business* deste negócio, os Campos de Golfe também possuem duas infra-estruturas sociais, denominadas *Clubhouse*, onde se desenvolvem as atividades complementares a este negócio como é o serviço de bar, restauração, festas, banquetes e apoio aos eventos.

ILUSTRAÇÃO 7 E 8: CLUBE GOLFE FURNAS E BATALHA



A evolução turística dos últimos anos, que contou com a abertura do espaço aéreo em 2015 veio contribuir, de forma positiva, no aumento das vendas/ faturação em toda a atividade desta empresa, como podemos concluir nos resultados de tendência crescente. Paralelamente a isso a abertura de hotéis cinco estrelas também contribui para alcançar um turista de golfe que só viaja para destinos onde haja esse tipo de oferta.

Ainda que o resultado mantenha-se negativo, houve uma evolução positiva de quase 10% relativamente ao resultado de 2016.

Gastos:

- Nas contas de Gastos houve um incremento nos custos mercadorias, aumento este que se justifica pelo aumento das receitas.
- Na conta Fornecimentos e Serviços Externos registou-se uma redução significativa de 23,3%, em valor, ou seja, foram gastos menos € 89 745,34 euros.
- Na conta Gastos com Pessoal, manteve-se o mesmo número de postos de trabalho porém os gastos com pessoal sofreram um ligeiro aumento de 2,2%. Este aumento deve-se ao facto de que 57% dos funcionários estão abrangidos pelo salário mínimo regional, que de 2016 para 2017 sofreu um aumento de 5%.

Proveitos:

Genericamente todos os sectores tiveram um incremento de vendas em relação ao período homólogo do ano anterior, que por sua vez também apresentou crescimentos relativamente ao exercício anterior.

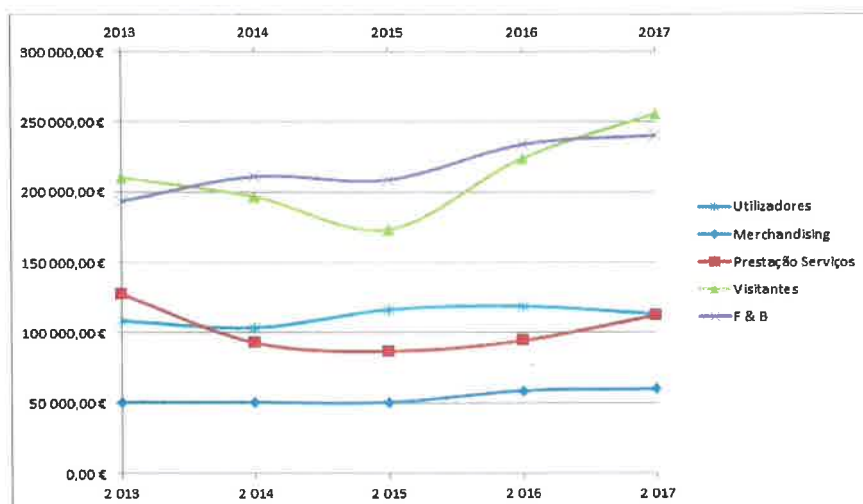
- *Merchandising*, venda de artigos nas lojas de golfe de ambos os campos teve um aumento de receitas de 1,8 %, destacando-se a venda dos polos com a marca *Azores Golf Islands*.
- Prestação de Serviços, destaca-se um aumento nos alugueres, aulas e novos produtos, tendo-se registado um aumento de 19,10% relativamente ao ano anterior.
- Visitantes, registou-se um crescimento de 14,4%, neste sector estão incluídas as receitas relativas aos visitantes que vêm através da *Tour Operação*, ou seja aqueles que quando nos visitaram já tinham como objetivo a prática da modalidade, além destes destacam-se os visitantes a que chamamos os *Walk - Ons*, que são aqueles que compram localmente ao balcão.

RELATÓRIO E CONTAS 2017

- F & B (*Food & Beverage*), este registou um crescimento de 2,7 % em relação ao ano de 2016, onde para além das receitas relativas a eventos (Casamento, batizados, comunhões, etc) foi notório o aumento de receitas no dia-a-dia dos restaurantes dos campos. Em 2017 é de salientar que, ao contrário de 2016, não se realizaram eventos como o Açores Ladies Open, a Final Nacional do Expresso BPI, o *Golfe e Comunicação*, *Circuito Abreu de Golfe* e ainda o Troféu Açores de Golfe. O que significa que houve um aumento real do negócio *per si*, sem suporte de eventos apoiados pelo Turismo dos Açores.

- Utilizadores, valores relativos ao direito de utilização dos campos pelos jogadores locais. Ainda que tenha aumentado o número de utilizadores em relação ao ano anterior, não conseguimos colmatar o desconto de 10% efetuado quando da rescisão do contrato de prestação de serviços com o clube de golfe local, passando essa relação a ser direta entre o campo e os mesmos. Esta alteração resultou numa redução de custos e num aumento da liquidez da empresa para estes recebimentos.

• Evolução dos Proveitos de 2013 a 2017



2.7. Participação no Capital Social da empresa SINAGA – Sociedade de Industrias Agrícolas Açorianas

Na sequência da publicação da Resolução do Conselho de Governo n.º 134/2017, de 6 de dezembro, foi determinada a transmissão, não onerada, da totalidade das 550.600 ações da Sinaga – Sociedade de Indústrias Açorianas, S.A, correspondentes a 100% do capital social, até agora detidas pela Ilhas de Valor, S.A., diretamente para Região Autónoma dos Açores.

2.8. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

Relativamente às Medidas de Apoio às Empresas e conforme definido em Resolução do Conselho do Governo, a Ilhas de Valor, S.A. é a Entidade Gestora das Linhas de Apoio às Empresas (EGL). Em relação a cada uma das Linhas tem-se:

2.8.1. Linha de Crédito Açores Investe

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolviam atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 40 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 8 de novembro de 2009.

A Resolução do Conselho de Governo nº 118/2010, de 22 de julho e a Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, vieram permitir aumentar o período de carência de capital e o prazo das operações já contratadas, estando a empresa a gerir e a pagar as bonificações de 6 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2016	1.041.192,62
Montante Executado em 2017	16.638,68



2.8.2. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

Atualmente, a EGL encontra-se a gerir e a pagar as bonificações de 84 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2016	4.523.934,77
Montante Executado em 2017	90.287,41

2.8.3. Linha de Crédito Açores Empresas

Tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 20 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida a terceiros. Os montantes de financiamento por empresa foram até € 25.000,00 (microempresas), € 100.000,00 (pequenas empresas) e € 250.000,00 (restantes empresas). O prazo das operações foi até 5 anos para todas as empresas com um período de carência de capital até 12 meses.

Esta Linha encerrou a 31 de janeiro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de mais um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 5 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2016	880.560,44
Montante Executado em 2017	1.957,95

2.8.4. Linha de Crédito Açores Empresas II

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 60 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida às empresas pelos municípios regionais e empresas municipais.

Esta Linha encerrou a 15 de novembro de 2010. O prazo de todas as operações era de 24 meses, pelo que todas estão vencidas e por conseguinte encerradas.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2016	818.206,81
Montante Executado em 2017	434,47

2.8.5. Linha de Crédito Açores Investe II

Tem como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividades enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 644 operações.

	Unidade: Euros
Montante Executado até 31/12/2016	5.568.158,11
Montante Executado em 2017	1.381.698,86

2.8.6. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a empresa atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 121 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2016	7.492.898,29
Montante Executado em 2017	947.252,91

2.8.7. Linha de Crédito Açores Empresas III

Tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 20 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida a terceiros. Os montantes de financiamento por empresa foram até € 25.000,00 (microempresas), € 100.000,00 (pequenas empresas) e € 250.000,00 (restantes empresas). O prazo das operações foi de 5 anos para todas as empresas, tendo, em qualquer caso, um período de carência de capital até 12 meses.

Esta Linha encerrou a 3 de setembro de 2012, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 1 operação com o montante de financiamento de € 49.885,05. A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2016	503.976,00
Montante Executado em 2017	14.081,73

2.8.8. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento.

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 163 operações, 7 das quais ainda estão ativas e beneficiam da referida Resolução. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo aditamento, que veio permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que abrangeu, até ao momento, 37 empresas, estando 13 delas ainda ativas.

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
TOTAL	344		79.524.139,99	4.376

Aprovadas	344	91,0%		
Desistências	24	6,3%		
Não aprovada	10	2,6%		
Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0
SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2867
TER	67	19,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,8%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
Aprovadas	344		79.524.139,99	4.376

Montante Executado até 31/12/2016
Montante Executado em 2017

3.941.889,25
1.264.367,32



2.8.9. Medidas de Apoio ao Emprego

- A) **Programa de Valorização do Emprego (PVE)** - Medida excecional, em contexto de crise económica, tendo em vista o apoio à manutenção da atividade das empresas dos Açores, bem como dos seus postos de trabalho. Consistiu num empréstimo sem juros, concedido pela Ilhas de Valor S.A, pelo prazo de 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até € 25.000,00 (microempresas), € 100.000,00 (pequenas empresas) e € 300.000,00 (médias empresas). As candidaturas estiveram abertas de 9 de março a 12 de abril de 2012. A Resolução do Conselho do Governo n.º 67/2015, de 20 de abril de 2015, prevê o aumento do período de carência de capital até 1 de maio de 2016 ou até 1 de maio de 2017 consoante, respetivamente, as empresas beneficiárias do PVE façam prova da manutenção dos postos de trabalho até 31 de dezembro de 2013 ou até 31 março de 2016.
- B) **Programa de Estabilização do Emprego (PEE)** - Medida excecional que preconiza o apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). O Programa foi aberto em agosto de 2013 e consiste num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até € 25.000,00 (microempresas) e € 100.000,00 (pequenas e médias empresas). Até ao momento, foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2016	16.366,41
Montante Executado em 2017	33.487,03

2.9. Compromissos Financeiros e Financiamento

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa tinha uma responsabilidade no valor de € 8.226.235,26 (*oito milhões duzentos e vinte e seis mil duzentos e trinta e cinco euros e vinte e seis cêntimos*), proveniente de empréstimos a médio e longo prazo, celebrados com instituições financeiras, designadamente, Novo Banco e CEMAH, sendo que aproximadamente 1,6 milhões de euros resultam dos contratos de incentivos celebrados no âmbito do SIDER-Desenvolvimento Estratégico, para os investimentos de dois Hotéis (Graciosa e Flores).

Em relação ao financiamento bancário, procedeu-se à amortização parcial do empréstimo bancário no Novo Banco e na CEMAH correspondendo ao total de € 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros), como também foram suportados e pagos os custos financeiros associados ao financiamento bancário no valor de cerca de € 249.813,84 (*duzentos e quarenta e nove mil oitocentos e treze euros e oitenta e quatro cêntimos*).

Ainda relativamente a financiamento bancário, e no que respeita ao curto prazo, de referir que a empresa apresenta o montante em crédito de € 455.000,00 (*quatrocentos e cinquenta e cinco mil euros*) no final do exercício, respeitante a conta corrente caucionada

No que respeita a fontes de financiamento para as ações e projetos de investimento atrás expostos é de referir que a Sociedade Ilhas de Valor, S.A. contou com um Contrato-Programa com a Região para financiamento do plano de investimentos e de atividades gerais e subjacentes à própria empresa emergentes do mesmo, do qual foi recebido o valor de € 2.615.000,00 (*dois milhões seiscentos e quinze mil euros*), no âmbito da Coesão até 31 de dezembro de 2017.

Por outro lado, e sendo a Ilhas de Valor, S.A., entidade gestora das Linhas de Crédito de Apoio às Empresas, também contou com um Contrato-Programa no valor de € 4.000.000,00 (*quatro milhões de euros*).



3. RECURSOS UTILIZADOS

3.1. Recursos Humanos

Categorias	Efetivos	A Termo
	31.12.2017	31.12.2017
Técnico Superior	1	0
Secretária/Administrativo	3	2
Auxiliar/Serviços Gerais	1	0

Para além destes trabalhadores afetos à sede da Ilhas de Valor, S.A., a empresa também contou com 72 trabalhadores afetos à exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira.

3.2. Recursos Técnico – Investimentos

Os investimentos mais relevantes ao longo de 2017 foram ao nível do imobilizado inclui essencialmente algum equipamento adquirido para a empresa. O valor da rubrica “*propriedade de investimento*” é o reflexo da concretização dos investimentos em 2017 pela Ilhas de Valor, S.A, nomeadamente o Museu da Fábrica da Baleia nas Flores e algumas intervenções nos Hotéis da Graciosa e Flores.

Os investimentos acumulados representam:

- **Ativo tangível** – 11.154.855,72 euros
- **Propriedade de investimento** – 1.576.479,87 euros

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA

4.1. Situação Económica

4.1.1. Proveitos

Verifica-se em 2017 uma ligeira redução no que respeita às vendas e prestações de serviços, que incluem o referente a cessão de exploração dos campos de golfe. Relativamente aos Subsídios à Exploração esta reflete o valor dos Contratos Programa celebrados no montante de 2,646 milhões de euros.

4.1.2. Custos

Por outro lado, a empresa regista também uma redução em fornecimentos e serviços durante 2017 quando comparado com o ano anterior, tendo-se também refletido na respetiva receita. A rubrica gastos com pessoal regista uma variação positiva. Saliente-se que estes custos incluem também os referentes à cessão de exploração dos campos de golfe em São Miguel e Terceira.

4.1.3. Resultados

Rubricas	PERÍODOS	
	2017	2016
Resultados operacionais	1 316 249,00	349 427,70
Resultados financeiros	-249 813,84	-276 526,08
Resultados correntes	1 316 249,00	349 427,70
Resultados antes de impostos	1 066 435,16	72 901,62
Resultado líquido do exercício	845 267,73	-368 616,26

Como podemos observar no quadro anterior, o resultado da empresa é positivo e superou ao ano anterior.



4.2. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise comparativa e/ou evolutiva no exercício de 2016 e 2017, podemos observar e constatar o elevado valor que se encontra registado nas rubricas de capitais próprios correspondendo ao seu capital social, o que confere à empresa uma elevada solidez financeira. Por outro lado, o seu passivo total é inferior comparativamente a anos anteriores. Refira-se que a dívida da empresa é na maioria a longo prazo, tendo menos impacto na tesouraria da mesma.

4.3. Dados Económico-financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa. Como anteriormente referimos é de salientar a redução do passivo da Ilhas de Valor, S.A. por conta dos investimentos em curso e concluídos nos últimos anos, que tiveram também impacto nos principais indicadores financeiros da empresa.

Indicadores Relevantes	PERÍODOS	
	2017	2016
Total de Proveitos	2 018 523,93 €	2 071 241,38 €
Volume de Negócios	1 489 345,13 €	1 559 530,81 €
Resultados Financeiros	-249 813,84 €	-276 526,08 €
EBIT (Resultados Operacionais)	1 316 249,00 €	349 427,70 €
EBITDA (Cash-flow Operacional)	2 190 369,80 €	1 289 171,86 €
Resultados Antes de Impostos	1 066 435,16 €	72 901,62 €
Resultado Líquido do Exercício	845 267,73 €	-368 616,26 €
Rendibilidade dos Capitais Próprios	6,17%	-1,73%
Rendibilidade das Vendas	56,75%	-23,64%
Liquidez Geral	2,25%	2,43%
Autonomia Financeira	33,98%	40,84%
Solvabilidade	51,47%	69,02%
Endividamento	66,02%	59,16%

Como se pode observar no quadro anterior, a empresa regista um endividamento na ordem dos 66,02%. Por outro lado, verifica-se uma diminuição no grau de solvabilidade e autonomia financeira.

4.4. Indicadores Económico -- financeiros

Outros Indicadores	PERÍODOS	
	2017	2016
Rendibilidade operacional	88,38%	22,41%
Rendibilidade Financeira	6,17%	-1,73%
Rendibilidade Económica	2,10%	-0,71%
Grau de alavanca operacional	47,03%	251,25%
Grau de alavanca financeira	100,00%	100,00%
Grau de alavanca combinada	47,03%	251,25%
Liquidez Reduzida	2,27%	2,43%
Líquides Imediata	0,02%	0,01%
Grau de Cobertura de Imobilizado	100,97%	130,44%
Prazo médio de Cobranças	10	26
Prazo médio de Pagamentos	26,36	2,36

Mantém-se o grau de alavanca financeiro em 100%.

5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não existiram factos relevantes após o termo do exercício.

6. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

7. PERSPETIVAS

Durante o ano de 2018 devem continuar algumas das atividades já iniciadas nos anos anteriores e o desenvolvimento das estratégias mais apropriadas para que, em cada ilha, se desenvolvam os investimentos mais adequados, sem descurar o contínuo apoio às empresas e empresários na Região.

Assim, esta Sociedade, para além de dar continuidade aos projetos definidos e iniciados anteriormente, propõe desenvolver as seguintes ações:

* Continuar a analisar e acompanhar as necessidades de investimento em cada uma das ilhas, a fim de ser ponderada e estudada a possibilidade de a Sociedade Ilhas de Valor, S.A. contribuir para o desenvolvimento das mesmas.

* Desencadear os procedimentos para a concretização das parcerias a estabelecer para cada um dos projetos em curso e a iniciar.

8. AGRADECIMENTOS

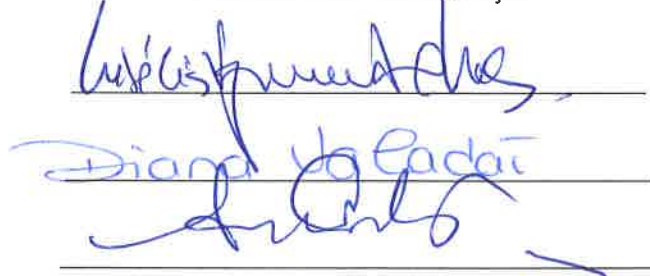
No encerramento de mais um ano de atividade, este Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento às entidades e empresas com que a Ilhas de Valor, S.A., se tem relacionado, bem como a todos os acionistas, os demais órgãos sociais, e em especial aos nossos colaboradores e trabalhadores pela disponibilidade, dedicação e empenho demonstrados.

9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do exercício apurado no exercício de 2017 foi de € 845.267,73 (*oitocentos e quarenta e cinco mil duzentos e sessenta e sete euros e setenta e três cêntimos*), propondo o Conselho de Administração a aplicação em reserva legal de € 43.000,00 (*quarenta e três mil euros*) correspondente aos 5% e o valor restante para resultados transitados.

Vila do Porto, 23 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração



10.CONTAS

- ✓ **BALANÇO**
- ✓ **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**
- ✓ **MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DE CAPITAL**
- ✓ **ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**
- ✓ **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
- ✓ **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

RELATÓRIO E CONTAS 2017

10.1. Balanço em 31 de dezembro de 2017

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	11 154 855,72	12 009 945,68
Propriedades de Investimento	6	1 576 479,87	1 562 979,87
Ativos Intangíveis	7	0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	827 409,24	2 727 344,50
		13 558 744,83	16 300 270,05
Ativo corrente			
Inventários	9	64 406,38	49 994,84
Clientes	10	146 415,04	410 471,79
Adiantamentos a fornecedores	14	0,00	2,48
Estado e outros entes públicos	11	177 700,28	227,41
Outras contas a receber	10	26 157 646,08	35 222 745,96
Diferimentos	12	0,00	1 792,15
Caixa e depósitos bancários	4	183 041,24	80 654,32
		26 729 209,02	35 765 888,95
Total do ativo		40 287 953,85	52 066 159,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	22	9 000 000,00	9 000 000,00
Reservas legais	22	577 000,00	577 000,00
Ajustamentos em Ativos Financeiros	22	272 738,86	4 083 664,41
Outras Variações no Capital Próprio	22	933 695,56	1 282 562,78
Resultados Transitados	22	2 061 516,48	6 687 592,62
Resultado líquido do período	22	845 267,73	-368 616,26
Total do capital próprio	DACP	13 690 218,63	21 262 203,55
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13	8 226 235,26	9 426 235,26
Outras contas a pagar	14	6 650 000,00	6 650 000,00
		14 876 235,26	16 076 235,26
Passivo corrente			
Fornecedores	14	117 415,55	165 797,93
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11	52 138,73	436 682,76
Financiamentos obtidos	13	455 000,00	741 000,00
Outras contas a pagar	14	11 096 945,68	13 384 239,50
Diferimentos		0,00	0,00
		11 721 499,96	14 727 720,19
Total do passivo		26 597 735,22	30 803 955,45
Total do capital próprio e do passivo		40 287 953,85	52 066 159,00

O Contabilista Certificado n.º 456

Fernando Lima

A Administração
Antônio da Silva
Diogo da Silva

RELATÓRIO E CONTAS 2017

10.2. Demonstração dos Resultados por Natureza/Funções em 31 de dezembro de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	15	1 489 345,13	1 559 530,81
Subsídios à Exploração	23	2 646 346,57	3 593 275,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(173 599,68)	(174 849,06)
Fornecimentos e serviços externos	16	(618 976,69)	(877 962,58)
Gastos com o pessoal	17	(1 416 781,66)	(1 384 834,99)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	18	529 178,80	511 710,57
Outros gastos e perdas	19	(265 142,67)	(1 937 697,89)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 190 369,80	1 289 171,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	(874 120,80)	(939 744,16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 316 249,00	349 427,70
Juros e rendimentos similares obtidos	20	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	21	(249 813,84)	(276 526,08)
Resultado antes de impostos		1 066 435,16	72 901,62
Imposto sobre o rendimento do período	24	(221 167,43)	(441 517,88)
Resultado líquido do período		845 267,73	(368 616,26)

O Contabilista Certificado n.º 456

Fernando Jones

A Administração
Luís Figueiredo
Diana Va Cado
António

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Demonstração de Resultados por Funções

Rubricas		PERÍODOS	
		2017	2016
Demonstração de resultados por Funções			
Rubrica		31/12/2017	31/12/2016
Vendas e serviços prestados (a)		1 489 345,13	1 559 530,81
Custo das vendas e dos serviços prestados (b)		-792 576,37	-1 052 811,64
Resultado bruto		696 768,76	506 719,17
3 Outros rendimentos		3 175 525,37	4 104 985,57
4 Gastos de distribuição		0,00	0,00
5 Gastos administrativos		-2 556 045,13	-4 262 277,04
6 Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
7 Outros gastos		0,00	0,00
Resultado operacional		1 316 249,00	349 427,70
8 Gastos de financiamento (líquidos)		-249 813,84	-276 526,08
9 Resultados imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (3)		0,00	0,00
10 Rendimentos de investimentos financeiros (3)		0,00	0,00
11 Perdas de imparidade e suas reversões (3)		0,00	0,00
12 Ganhos (perdas) cambiais (3)		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		1 066 435,16	72 901,62
13 Imposto sobre o rendimento do período		-221 167,43	-441 517,88
Resultado líquido do período		845 267,73	-368 616,26
14 Resultado das atividades descontinuadas (líquidos de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
Resultado líquidos do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por ação básico			

O Contabilista Certificado n.º 456

Fernando Soares

A Administração

Luís Figueiredo
Diana Uzeda
Sofia

RELATÓRIO E CONTAS 2017

10.3. Movimentos ocorridos nas rubricas de capital

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO DE 2016
(Montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transiçoes	Ajustamentos em activos financeiros	Outras instrumentos no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
7		9 000 000	509 000	5 404 261	4 219 039	1631 430	1351 331	22 115 061	0	22 115 061
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Aplicação dos resultados do período anterior								0		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							-1351331	-1351331		0
8		9 000 000	509 000	5 404 261	4 219 039	1631 430	0	20 763 730	0	22 115 061
9							-368 616	-368 616		-368 616
10=8+9							-368 616	20 395 114	0	21746 445
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
RESULTADO INTEGRAL										
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de Capital								0		0
Distribuições							0	0		0
Outras operações-RL POC								0		0
Outras operações								867089		1734 178
11		0	68 000	1283 331	-65375	-348 867	0	0		0
12=7+8+9+11		9 000 000	577 000	6 687 592	4 083 664	1282 563	-368 616	21262 203	0	21262 203
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016										

RELATÓRIO E CONTAS 2017

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO DE 2017 (Montantes em euros)

	NOTAS	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transfidos	Ajustamentos em activos financeiros	Outras instrumentos no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	7	9 000 000	577 000	6 687 592	4 083 664	1282 563	-368 616	21 262 203	0	21 262 203
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								0		0
Aplicação dos resultados do período anterior				-368 616			368 616	0		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	9 000 000	577 000	6 318 976	4 083 664	1282 563	0	21 262 203	0	21 262 203
RESULTADO INTEGRAL	9						845 268	845 268		845 268
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	10=8+9						845 268	22 107 471	0	22 107 471
Realizações de Capital								0		0
Distribuições							0	0		0
Outras operações-RL POC								0		0
Outras operações	11	0	0	-4 257 460	-3 810 925	-348 867		-8 417 252		-8 417 252
	12=7+8+9+11	9 000 000	577 000	2 061 516	272 739	933 696	845 268	13 690 219	0	13 690 219

RELATÓRIO E CONTAS 2017

10.4. Movimentos e Depreciações dos Ativos Fixos Tangíveis

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total dos Ativos Fixos Tangíveis
Ativo bruto:						
Saldo inicial a 1-1-2017	18.012.519,39	535.177,95	64.902,75	218.825,40	308.434,10	19.139.859,59
Investimento	0	0	0	9.655,00	0	9.655,00
Desinvestimento	0	0	0	0	0	0
Desreconhecimento SNC	0	0	0	0	0	0
Transferências e abates	0	0	0	0	0	0
Saldo final a 31-12-2017	18.012.519,39	535.177,95	64.902,75	228.580,40	308.434,10	19.149.614,59

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total dos Ativos Fixos Tangíveis
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas						
Saldo inicial a 01-01-2017	6.082.767,48	471.195,27	64.902,74	204.038,12	307.010,30	7.129.913,91
Depreciações do período	855.153,28	8.765,59	0	3.993,15	6.208,78	874.120,80
Transferências e abates	0	2.195,29	0	599,91	6.480,65	9.275,84
Desreconhecimento SNC	0	0	0	0	0	0
Saldo final a 31-12-2017	6.937.920,76	477.765,57	64.902,74	207.431,36	306.738,43	7.994.758,87

RELATÓRIO E CONTAS 2017

10.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

Rubricas	PERÍODOS	
	2017	2016
Fluxo das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1 151 934,73	939 515,63
Pagamentos a fornecedores	1 037 236,70	887 917,57
Pagamentos ao pessoal	1 481 781,68	1 384 834,99
Caixa gerada pelas operações	-1 367 083,65	-1 333 236,93
Pagamentos/recebimento do imposto s/ rendimento	391 618,62	66 292,09
Outros pagamentos/recebimentos atividade operacional	-211 908,16	-2 940 097,83
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-1 187 373,19	-4 207 042,67
Fluxo das atividades de investimento		
Pagamentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	41 290,42	226 095,82
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Subsídios de investimento	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos intangíveis, Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	419 311,58	419 311,56
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Fluxo de caixa das atividades de investimento	378 021,16	193 215,74
Fluxo das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	970 386,81	5 129 866,53
Realizações de capital e out. instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	2 646 346,57	3 593 275,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	2 456 386,81	4 778 866,50
Juros e custos similares	248 607,62	276 526,08
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e out. instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	911 738,95	3 667 748,95
Variação da caixa e seus equivalentes	102 386,92	-346 077,98
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	80 654,32	426 732,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período	183 041,24	80 654,32

O Contabilista Certificado n.º 456

Fernando Soares

A Administração
António Augusto da Silva
Diana da Costa
António



10.6 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício Económico de 2017

ÍNDICE

1.	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	44
2.	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	44
2.1.	Bases de apresentação	44
2.2.	Políticas contabilísticas	45
2.3.	Moeda das demonstrações financeiras	45
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	45
3.1.	Saldos e transações em moeda estrangeira	45
3.2.	Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)	45
3.3.	Investimentos em empresas associadas e outras empresas (Método do Custo)	46
3.4.	Outros ativos correntes	46
3.5.	Caixa e seus equivalentes	47
3.6.	Empréstimos	47
3.7.	Clientes e dívidas de terceiros	47
3.8.	Ativos fixos tangíveis	47
3.9.	Locação financeira e operacional	48
3.10.	Inventários	49
3.11.	Rédito e regime do acréscimo	49
3.12.	Resultados financeiros	50
3.13.	Imposto sobre o rendimento	50
3.14.	Principais fontes de incerteza das estimativas	51
3.15.	Imparidade de activos, excluindo goodwill	51
3.16.	Classificação da demonstração da posição financeira	52
3.17.	Eventos subsequentes	52
4.	FLUXOS DE CAIXA	53
5.	ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ESTIMATIVAS	53
6.	ATIVOS TANGÍVEIS, PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	53
7.	ATIVOS INTANGÍVEIS	55
8.	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MEP	55
9.	INVENTÁRIOS	56
10.	CLIENTES E CONTAS A RECEBER	57
11.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	58

12.	DIFERIMENTO DE GASTOS	58
13.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	59
14.	FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	59
15.	RÉDITO	60
16.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	61
17.	GASTOS COM O PESSOAL	61
18.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	62
19.	OUTROS GASTOS E PERDAS	62
20.	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	63
21.	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	63
22.	CAPITAIS PRÓPRIOS	64
23.	SUBSÍDIOS DESTINADOS Á EXPLORAÇÃO.	64
24.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO PESSOAS COLETIVAS	65
25.	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	65
26.	ACONTECIMENTOS APÓS O FECHO	72
27.	DATA DE EMISSÃO	72

1. Identificação da Entidade

1.1 — *Designação da entidade: Ilhas de Valor S.A.*

1.2 — *Sede: Rua Dr. Luís Bettencourt 86 – 1ª Vila do Porto*

1.3 — *Natureza da atividade: planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços*

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

A adoção das NCRF nas contas individuais ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“POC”) para esse normativo para estes efeitos foi fixada em 1 de janeiro de 2009, de acordo com o disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro.

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas individuais.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os *International Accounting Standards* (“IAS”) emitidos pela *International Standards Committee* (“IASC”), os *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e respectivas interpretações “IFRIC” emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”) e *Standing Interpretation Committee* (“SIC”).

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas na nota 3. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário. Não houve derrogações das disposições do SNC.

2.3. Moeda das demonstrações financeiras

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Saldos e transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira, publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registados como rendimentos e gastos na demonstração de resultados do período.

3.2. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultem de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.

É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

3.3. Investimentos em empresas associadas e outras empresas (Método do Custo)

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas associadas e outras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o valor pago acrescido de despesas de transação ou ao custo considerado na data de transição para as NCRF, e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os investimentos são mantidos ao custo de aquisição ou ao custo considerado, deduzido, quando aplicável, de perdas de imparidade estimadas.


As prestações suplementares concedidas pela Empresa a empresas associadas e outras empresas são registadas pelo respetivo valor nominal. Estas prestações são adicionadas ao valor dos investimentos em empresas associadas e outras empresas devido ao seu carácter permanente, não vencendo juros e de acordo com a legislação comercial aplicável, só podem ser restituídos à Empresa desde que os capitais próprios dessas empresas não fiquem inferiores à soma do capital e das reservas não distribuíveis após a restituição.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e outras empresas são registados como rendimentos.


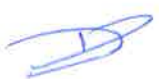
3.4. Outros ativos correntes

Os outros ativos correntes são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentados deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes ativos é registada quando existe evidência objetiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre o valor nominal e o valor estimado de recuperação e é reconhecido na demonstração de resultados do exercício.

3.5. Caixa e seus equivalentes



Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.



3.6. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica “Outros passivos correntes”.

3.7. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

3.8. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	5 a 20
Equipamento básico	3 a 20
Equipamento de transporte	4 a 16
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 12

3.9. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.

3.10. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.


As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

3.11. Rédito e regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.



O método usado na mensuração do rédito foi o método da percentagem de acabamento das obras, nos contratos de construção.

Os juros e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

3.12. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

3.13. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,8%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.14. Principais fontes de incerteza das estimativas

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.15. Imparidade de ativos, excluindo goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.16. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

3.17. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4. Fluxos de Caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos fluxos de caixa, foram como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Caixa	7.005,59	8.445,10
Depósitos à ordem	176.035,65	72.209,22
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	183.041,24	80.654,32
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	183.041,24	80.654,32

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

Durante o exercício de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

A revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante. As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

6. Ativos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade foram como segue:

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total dos Ativos Fixos Tangíveis
Ativo bruto:						
Saldo inicial a 1-1-2017	18.012.519,39	535.177,95	64.902,75	218925,4	308.434,10	19.139.859,59
Investimento	0	0	0	9.655,00	0	9.655,00
Desinvestimento	0	0	0	0	0	0
Desreconhecimento SNC	0	0	0	0	0	0
Transferências e abates	0	0	0	0	0	0
Saldo final a 31-12-2017	18.012.519,39	535.177,95	64.902,75	228.580,40	308.434,10	19.149.614,59

RELATÓRIO E CONTAS 2017

A variação nos ativos fixos tangíveis foi aquisição de material informático no valor de 9.655,00 euros.

Depreciações do exercício e Acumuladas

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total dos Ativos Fixos Tangíveis
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas						
Saldo inicial a 01-01-2017	6.082.767,48	471.195,27	64.902,74	204.038,12	307.010,30	7.129.913,91
Depreciações do período	855.153,28	8.765,59	0	3.993,15	6.208,78	874.120,80
Transferências e abates	0	2.195,29	0	599,91	6.480,65	9.275,84
Desreconhecimento SNC	0	0	0	0	0	0
Saldo final a 31-12-2017	6.937.920,76	477.765,57	64.902,74	207.431,36	306.738,43	7.994.758,87

Valor líquido						
A 31-12-2016	11.929.751,91	63.982,68	0	14.787,28	1.423,80	12.009.945,68
A 31-12-2017	11.074.598,63	57.412,38	0	21.149,04	1.695,67	11.154.855,72

As depreciações dos ativos tangíveis fixos foram no montante de 874.120,80 euros, em 2016 foram de 939.744,26 euros, sendo o valor inferior em 65.623,46 euros, face a aquisição de equipamentos informáticos e alguns bens que ficaram a custo zero e deixaram de ser amortizados.

Face às aquisições no valor de 9.655,00 euros, as amortizações do exercício no valor de 874.120,80 euros e transferências entre contas, o valor líquido dos ativos passou de 12.009.945,68 euros para 11.154.855,72 euros.

Propriedades de Investimento

	Terrenos e Edifícios					A. F. Tangíveis Em Curso	A. F. Tangíveis Em Curso
Ativo bruto:							
Saldo inicial a 1-1-2017	1.562.979,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.562.979,87
Investimento	13.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2017	1.576.479,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.576.479,87

Nos ativos fixos tangíveis em curso, ocorreram os seguintes investimentos:

Houve concretização de investimentos em curso no ano de 2017, nomeadamente com Custos da Incubadora Empresarial no valor de 13.500,00 euros.

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Desta forma permanece em curso os investimentos o Valor de 1.576.479,87 euros referente a:

- Campo de Golfe de Santa Maria no valor de 1.345.151,86 euros
- Parque Temático da Ilha da Terceira no valor de 217.828,01 euros
- Incubadora Empresarial no valor de 13.500,00 euros

7. Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis	Projetos Desenvolvimento	Total Ativos
		Intangíveis
Ativo bruto:		
Saldo inicial a 1-1-2017	383.991,32	383.991,32
Investimento	0,00	0,00
Desinvestimento	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2017	383.991,32	383.991,32

Não houve alterações nos ativos fixos intangíveis.

Saldo inicial de depreciações a 31-12-2017	383.991,32
Depreciações e perdas de imparid. Do período	0,00
Transferências e abates	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00
Saldo final de depreciações a 31-12-2017	383.991,32

Os ativos fixos intangíveis estão totalmente amortizados.

Valor liquido Intangíveis	
A 31-12-2017	0,00
A 31-12-2017	0,00

Os ativos fixos Intangíveis no final do exercício não têm valor contabilístico.

8. Participações Financeiras – MEP

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos foram como segue:

RELATÓRIO E CONTAS 2017

	<u>Capital</u>	<u>Participação</u>	<u>Ajustamento</u>
Pousada da Juventude S. Cristo	1.359.305,47	60,87%	827.409,24
	1.359.305,47		827.409,24
	<u>Resultado</u>	<u>%</u>	<u>Ajustamento</u>
Pousada da Juventude S. Cristo	-19.795,87	60,87%	12.049,70

Quadro indica valores dos capitais próprios das empresas participadas, participação no capital das mesmas, assim como o resultado obtido pelas mesmas, sendo ajustados na conta Investimentos Financeiros, pelas variações nos capitais próprios, assim como a imputação como custo dos resultados.

<u>Investimentos Financeiros</u>	<u>31-12-2016</u>	<u>Aumentos/Diminuições</u>		<u>31-12-2017</u>
Participações no Capital	693.212,83	146.246,11	12.049,70	807.409,24
Pousada Juventude S. Jorge	693.212,83	146.246,11	12.049,70	807.409,24

-“Pousada da Juventude” aumento de 146.246,12 euros pelos ajustamentos dos capitais, diminuição em 12.049,71 euros pelo ajustamento da imputação dos resultados, passando o seu valor de 693.212,83 euros para 807.429,24 euros.

- O valor das participações financeiras era de 693.212,83 euros em 2016, face aos ajustamentos em 2017 é de 807.429,24 euros.

9. Inventários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, os movimentos ocorridos foram como segue:

<u>Matérias-primas</u>	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Inventário inicial m/p	34.309,39	31.270,34
Compras de m/p	182.909,24	167.283,37
Regularização Existências	0,00	0,00
Inventário final mercadorias	48.588,93	34.209,39
Custo M. V. e M. C.	168.629,40	164.344,32

<u>Mercadorias</u>	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Inventário inicial m/p	15.785,14	23.621,03
Compras de m/p	5.002,29	2.669,16
Regularização Existências	0,00	0,00
Inventário final mercadorias	15.817,45	15.785,45
Custo M. V. e M. C.	4.969,98	10.504,74
Inventário final mercadorias	64.406,38	49.994,84
Custo Total M. V. e M. C.	173.599,68	174.849,06

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Compra de mercadorias e matérias-primas relacionadas com a exploração normal da atividade de restaurante, bar e golfe, e com o Museu das Flores.

10. Clientes e Contas a Receber

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Clientes C/C	146.415,04	410.471,79
Clientes Verdegolf	67.238,86	350.484,72
Clientes Golf Terceira	28.879,21	9.690,10
Clientes Ilhas de Valor	50.296,97	50.296,97

Do saldo global de clientes 146.415,04 euros sendo o montante 67.238,86 euros de clientes da “Verde Golf”, 50.296,97 euros das “Ilhas de Valor, S.A.”, e 28.879,21 de clientes Golfe Terceira. O saldo de clientes em 2017 é de 146.415,04 euros sendo que em 2016 foi de 410.471,79 euros, em que a diferença resulta de recebimentos e regularizações de valores incobráveis.

<u>Outras contas a receber</u>	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Outros devedores por acréscimos	0,00	2.029.729,06
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Outras contas a receber	26.157.433,68	33.193.016,90
Total	26.157.433,68	35.222.745,96

Em anexo quadro complementar com pormenorização dos valores apresentados;

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Devedores por Acréscimos	0,00	2.029.729,06
Faturação a emitir Verdegolf	0,00	686.454,06
Faturação a emitir Ilhas de Valor	0,00	1.343.275,00
Fornecedores de Investimentos	212,40	0,00
Fornecedores de Investimentos C/C	212,40	
Outros Devedores	26.157.433,68	33.193.016,9
Fundo garantia - linha Açores Investe	3.000.000,00	3.000.000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas	1.000.000,00	1.000.000,00
Fundo garantia - linha Açores Investe II	4.500.000,00	4.500.000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas III	400.000,00	400.000,00
Diversas Linhas	474.112,86	472.001,67
Linha Açores Investe	321.730,45	338.236,40
Linha Reestruturação	0,00	46.934,42
Verdegolf	1.307.744,25	5.944.812,55

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Linha Açores Empresas II	57.924,61	52.323,31
Pousada da Juventude São Jorge	394.337,52	380.837,52
Linha Açores Empresas I	54.242,73	56.097,20
Linha Reestruturação II	1.280.118,36	1.699.399,40
Linha Reestruturação III	1.666.267,82	2.429.246,42
Linha Açores Investe II	2.663.486,02	3.344.208,40
Linha Açores Empresas III	96.776,14	101.714,40
Linha Empresas PVE	8.487.639,21	9.146.542,18
Programa Estabilização do Emprego	95.674,37	66.283,74
Recebido Linhas por Liquidar	0,00	0,00
Clube Golf Terceira	25.000,00	25.000,00
Verde Coragem Clube	300,00	300,00
Linha Reestruturação	124.104,06	66.062,20
Linha Açores Empresas II	78.418,32	84.019,62
Linha Açores Empresas I	40.851,94	38.997,47
Linha Reestruturação III	88.705,02	0,00

11. Estado e Outros Entes Públicos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

<u>Saldos devedores</u>	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
IRC	170.451,19	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	6.965,36	227,41
Outros impostos	0,00	0,00
Total	177.700,28	227,41

<u>Saldos credores</u>	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Pagamento por conta de IRC	0,00	0,00
Retenções na fonte de terceiros	10.371,82	11.327,01
Imposto estimado	0,00	375.225,79
Contrib. para Segurança Social	41.483,18	41.772,98
IVA	483,05	8.356,98
Imposto selo	0,00	0,00
Total	52.138,73	436.682,76

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social. Os impostos são liquidados no mês seguinte.

12. Diferimento de Gastos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como se segue:

<u>Gastos a reconhecer</u>	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Seguros	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	0,00	1.792,15
Total	0,00	96,00

13. Financiamentos Obtidos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

<u>Financiamentos obtidos não correntes</u>	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Empréstimos bancários</u>		
BANIF Sider Flores	698.910,03	698.910,03
BANIF Sider Graciosa	927.325,23	927.325,23
CEMAH	3.500.000,00	4.000.000,00
BESA	3.100.000,00	3.800.000,00
	8.226.235,26	9.426.235,26

Financiamentos a médio e longo prazo, em cumprimento e de acordo com os planos financeiros para cada.

Financiamentos obtidos correntes –

Empréstimos bancários

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Caucionada BES	455.000,00	41.000,00
Caucionada CEMAH	0,00	700.000,00
	455.000,00	741.000,00

Financiamentos ocasionados pela gestão diária de tesouraria, com utilização e reposição através da conta caucionada.

RELATÓRIO E CONTAS 2017

14. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Fornecedores conta corrente	117.415,55	165.795,45
Fornecedores Golfe São Miguel	58.885,31	113.500,66
Fornecedores com saldo inferior a 10.000,00 €	58.885,31	113.500,66
Fornecedores Golfe Terceira	14.919,07	18.024,05
Fornecedores com saldo inferior a 10.000,00 €	14.919,07	18.024,05
Fornecedores Ilhas de Valor	43.611,17	34.273,22
Fornecedores com saldo superior a 10.000,00 €	33.360,60	34.273,22
Fornecedores com saldo inferior a 10.000,00 €	10.250,57	

O saldo de fornecedores em 2017 é de 117.415,55 euros, em 2016 o mesmo era de 165.795,45 euros.

Outras contas a pagar - Corrente

Credores por acréscimos de gastos

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Seguros a Liquidar	0,00	0,00
Acréscimo Remunerações a liquidar	192.427,78	179.631,12
Juros a liquidar	13.296,22	7.940,21
Outros credores por acréscimos de gastos	150,00	0,00
Remunerações a liquidar - Sindicato	95,04	25.611,22
Total	205.969,04	213.182,55

Outros credores - Corrente

Capital Subscrito por realizar	0,00	630.000,00
Linhas Credito Bancos	10.702.346,92	12.255.106,35
Impostos diferidos	188.534,68	258.979,02
Fornecedores de Investimentos	0,00	26.971,58
Total	10.890.881,60	13.171.056,95

Outros credores - Não Corrente

Linhas de Crédito	6.650.000,00	6.650.000,00
Total	6.650.000,00	6.650.000,00

Outras contas a pagar no valor de 205.969,04 euros e outros credores no montante de 10.890.881,60 euros, representam a totalidade contas e credores em corrente.

Outros Credores não corrente no valor de 6.650.000,00 euros referente ao Fundo de Garantia conforme discriminado, totalizam 17.746.850,64 euros.

15. Rédito

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
<u>Rédito</u>		
Vendas de mercadorias	15.555,76	8.494,49
Vendas de produtos	63.714,51	62.007,22
Prestação de serviços	1.410.074,86	1.489.029,10
Total	1.489.345,13	1.559.530,81

Aumento de vendas e diminuição de prestação de serviços, as mesmas são entendidas como aceitáveis face às condições de mercado que se vive.

16. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Trabalhos Especializados	131.221,91	251.851,41
Publicidade e Propaganda	15.824,42	32.317,92
Vigilância e Segurança	0,00	311,16
Honorários	55.444,00	65.324,93
Conservação e Reparação	188.860,55	271.525,91
Outros Serviços	0,00	1,69
Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido	19.788,67	21.611,69
Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	4.126,12	6.287,20
Artigos para Oferta	1.950,60	1.069,50
Outros Materiais	0,00	0,00
Eletricidade	38.948,57	40.429,63
Combustíveis	79.441,28	70.433,49
Água	4.238,75	2.662,14
Outra Energia e Fluidos	1.860,19	2.048,15
Deslocações e Estadas	18.445,53	38.405,46
Transporte Mercadorias	135,53	244,02
Outros transportes	1.036,98	1.627,06
Rendas e Alugueres	12.164,22	26.964,35
Comunicação	15.427,42	15.608,24
Seguros	8.628,80	7.246,33
Contencioso e Notariado	105,00	118,00

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Despesas de Representação	90,18	60,00
Limpeza e Higiene	18.928,30	19.543,99
Outros Serviços	2.309,67	2.270,31
Total	618.976,69	877.962,58

Redução generalizada das despesas gerais, sendo que estes gastos foram essenciais para o funcionamento e exploração normal da atividade das empresas.

17. Gastos com o Pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Remunerações dos órgãos sociais	160.433,13	169.500,97
Remunerações do pessoal	993.862,34	950.124,55
Encargos s/ remunerações	233.144,49	242.678,04
Seguros	20.299,25	15.399,49
Outros	9.042,45	6.675,62
Total	1.416.781,66	1.384.834,99

Os custos com pessoal têm aumento de 31.946,67 que não resulta de contratações mas pela contabilização na íntegra dos quadros existentes no golfe da Terceira e pela reposição dos cortes salariais.

18. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-17</u>	<u>31-dez-16</u>
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos Pronto Pagamento	0,00	0,00
Ganhos em Investimentos	0,00	0,00
Outros	529.178,80	511.710,57
Total	529.178,80	511.710,57

Dos 529.178,80 euros contabilizados em outros proveitos 419.311,56 euros dizem respeito:

Imputação Subsídio para investimentos

- Hotel Flores e Graciosa 384.913,56 euros

- Adução Termas do Carapacho 34.398,00 euros

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Restantes proveitos resulta da restituição de impostos (103.750,75 euros) e outros (6.116,49 euros) proveitos residuais.

19. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Impostos	44.215,31	37.159,91
Taxas	1.579,12	3.066,99
Gastos Perdas Subsidiarias	12.049,70	1.874.460,61
Outros	207.298,54	23.010,38
Total	265.142,67	1.937.697,89

A verba de 44.215,31 euros inclui:

IMI e Imposto Selo em operações bancárias, bem como Impostos sobre transportes.

A verba 12.049,70 euros resulta da aplicação do método de equivalência patrimonial referente à "Pousada".

A verba de 207.298,54 euros refere-se a correções relacionadas com exercícios anteriores.

20. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não se registaram proveitos ou rendimentos financeiros.

21. Juros e Gastos Similares Suportados

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-dez-17	31-dez-16
Juros de financiamentos suportados		
Juros bancários	222.887,58	253.457,28

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Juros de outros empréstimos	0,00	0,00
Juros compensatórios	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros	26.926,26	23.068,80
Total	249.813,84	276.526,08

Juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo, assim como sobre amortizações do empréstimo do conforme plano financeiro existente.

Restantes despesas relacionadas com despesas cobradas pelos bancos relacionadas com os financiamentos existentes.

22. Capitais Próprios

O capital está representado por 1.800.000 ações ao portador de valor nominal de cinco euros cada, pertencentes a:

Acionistas Nome	Ações	
	Número	Valor Nominal
Região Autónoma dos Açores	900.000	4.500.000,00
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890.000	4.450.000,00
SATA – Air Açores SA	5.000	25.000,00
Atlânticoline SA	5.000	25.000,00
TOTAL	1.800.000	9.000.000,00

Variações na rubrica de Capitais Próprios

Contas	31-12-2016	31-12-2017	Variações
51 – Capital	9.000.000,00	9.000.000,00	
55 – Reservas Legais	577.000,00	577.000,00	
56 – Resultados Transitados	6.687.592,62	2.061.516,48	-4.626.076,14
57 – Ajustamentos em A. Financeiros	4.083.664,41	272.738,86	-3.810.925,55
59 – O. Variações Capital Próprio	1.282.562,78	933.695,56	-348.867,22
Resultados	-368.616,26	<u>845.267,73</u>	1.213.883,99
Total Capital Próprio	21.262.203,55	13.690.218,63	-7.571.984,92

Desta forma, os capitais próprios da empresa que eram de 21.262.203,55 euros em 2016 passam para 13.690.218,63 euros em 2017.

23. Subsídios destinados à Exploração.

	31-dez-17	31-dez-16
<u>Subsídios à Exploração</u>		
Subsídios	2.646.346,57	3.593.275,00
Total	2.646.346,57	3.593.275,00

Durante o ano de 2017 a empresa recebeu 2.646.346,57 euros de subsídios destinados ao investimento e à exploração, nos quais se inclui o referente ao Contrato-Programa Coesão no valor de 2.615.000,00 euros, e 31.346,57 euros relacionados com o Programa Integra.

24. Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas

	31-dez-17	31-dez-16
<u>Imposto corrente</u>	0,00	0,00
Tributações autónomas	0,00	0,00
Coleta	221.167,43	330.036,77
Derrama	0,00	111.481,11
	<u>221.167,43</u>	<u>441.517,88</u>
<u>Imposto diferido</u>	0,00	0,00
Imposto sobre rendimento do período	221.167,43	441.517,88

Imposto calculado sobre o resultado, e com base nas taxas em vigor nos Açores.

25. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Foram pagos a título de honorários por auditoria e certificação legal das contas os montantes de 11.136,00 euros.

26. Acontecimentos após o fecho

Não houve alterações após o fecho do exercício.

27. Data de emissão.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras a 23 de fevereiro de 2018.

O Técnico Oficial de Contas nº456

Fernando Sousa

A Administração

Luís Almeida
Diana Valadares
[Assinatura]

11. Relatório de Conselho Fiscal

DUARTE Giesta & Associado
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2017

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da ILHAS DE VALOR, S.A., relativos ao exercício de 2017.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2017, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o nº 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017,



- b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;

Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone / Fax n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@net.pt
NIPC e Matricula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

DUARTE Giesta & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 23 de Fevereiro de 2018

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

12. Certificação Legal de Contas

DUARTE Giesta & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 40.287.954 euros e um total de capital próprio de 13.690.219 euros, incluindo um resultado líquido de 845.268 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ILHAS DE VALOR, S.A. em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone / Fax n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@netc.pt
NIPC e Matricula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

DUARTE Giesta & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, L.D.A.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone / Fax n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@netc.pt
NIPC e Matricula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

DUARTE Giesta & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios

Duarte Félix Távares Giesta (ROC n.º 520)

Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Rua Dr. Cuetano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone / Fax n.º 296 628 240 • E-mail: dufetagia@netc.pt
NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

RELATÓRIO E CONTAS 2017

DUARTE Giesta & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Sócios
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 23 de Fevereiro de 2018



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone / Fax n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@nec.pt
NIPC e Matricula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

